

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 72/2025**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025**

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **REAVEL VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 30.260.538/0001-04, questionando dispositivos do Edital nº 72/2025, especificamente quanto à exigência de fornecimento de veículos zero quilômetro, sem emplacamento prévio, alegando que tal requisito:

- a) violaria o princípio da competitividade;
- b) configuraria reserva de mercado;
- c) seria incompatível com a Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari) em licitações públicas;
- d) contrariaria jurisprudência do TCU, especialmente o Acórdão nº 1510/2022.

#### **II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

##### **1. DA ADEQUAÇÃO LEGAL DA EXIGÊNCIA DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO**

A exigência de veículo zero quilômetro, sem emplacamento prévio, está **devidamente justificada** no interesse público e encontra respaldo legal e jurisprudencial, conforme demonstrado a seguir.

##### **1.1. Conceito técnico-jurídico de veículo novo**

A Deliberação nº 64/2008 do CONTRAN estabelece em seu item 2.12:

**"2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento."**

Este conceito é **objetivo e vinculante**, não cabendo interpretações extensivas que descaracterizem a natureza jurídica do bem.

## **1.2. Jurisprudência dos Tribunais de Contas**

Contrariamente ao alegado pela impugnante, **os Tribunais de Contas têm reconhecido a legitimidade** da exigência de primeiro emplacamento quando devidamente justificada. Vejamos:

### **a) TCE-MG - Deliberação em caso análogo:**

"Nos termos da Deliberação n. 64 do CONTRAN e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei n. 6.729/79, **veículo novo é aquele comercializado por concessionária ou fabricante antes de registro e licenciamento**. Por esse motivo, a Administração, ao permitir somente a participação de licitantes que se enquadram no conceito de concessionárias ou fabricantes, **não busca cercear a competitividade, mas sim delinear devidamente o objeto**, garantindo o cumprimento da obrigação pretendida."

**(TCE-MG - DEN: 1119749, Relator: CONS. CLÁUDIO TERRÃO, Data de Julgamento: 26/05/2022)**

### **b) TCE-MS - Reconhecimento da legalidade:**

"Não se verifica ilegalidade na exigência estabelecida na descrição do item licitado (...) uma vez que a aquisição do veículo está vinculada às regras contidas na Deliberação nº 64/2008 do CONTRAN. **A Deliberação nº 64/2008 do CONTRAN define, no item 2.12 de seu anexo, como novo o veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes de seu registro e licenciamento. Dessa forma, tal condição somente pode ser atendida por fabricantes ou concessionárias de veículos.**"

(TCE-MS - DEN: 114692021 MS 2131698, Relator: WALDIR NEVES BARBOSA, Data de Publicação: 07/12/2022)

**c) STJ - Conceito jurídico prevalente:**

"O regramento pátrio define sem sombra de dúvida que automóvel novo é aquele que ainda não foi submetido ao registro e ao licenciamento, que são simultâneos, e perde essa qualidade a partir do momento em que ocorre sua transferência para o comprador. A noção de novo, portanto, é jurídica, vale dizer, não é extraída da quilometragem do bem ou de quem o vendeu."

(STJ - REsp: 1962402 SP 2021/0308312-5, Relatora: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJ 18/10/2021)

**2. DA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DO ACÓRDÃO TCU Nº 1510/2022**

A impugnante invoca o Acórdão nº 1510/2022 do TCU de forma **descontextualizada**. Analisando o referido acórdão, verifica-se que:

**2.1. Contexto fático diferenciado**

O acórdão tratou de situação específica em que **não havia exigência expressa** de primeiro emplacamento no edital, conforme destacado no próprio voto:

"Não se identifica, no edital, de forma expressa, a restrição de que o veículo não deveria ter registro e licenciamento anterior ou qualquer menção à Deliberação 64/2008 do Conselho Nacional de Trânsito."

No caso do **Edital nº 72/2025 do IFS**, há **especificação clara** de que os veículos devem ser zero quilômetro, o que, segundo a norma técnica do CONTRAN, significa **antes do primeiro registro e licenciamento**.

## **2.2. Ressalva quanto à definição clara do objeto**

O mesmo Acórdão ressalta:

"Assim, entende-se que **a exigência é de que os veículos entregues tenham a característica de zero, ou seja, não tenham sido usados/rodados.**"

Portanto, o TCU **não vedou** a exigência de primeiro emplacamento, mas sim enfatizou a necessidade de **clareza na definição do objeto**, o que está plenamente atendido no presente edital.

## **3. DO INTERESSE PÚBLICO E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS**

A exigência de veículo zero quilômetro, com primeiro emplacamento em nome do IFS, fundamenta-se em **razões técnicas e de interesse público**:

### **3.1. Garantia integral de fábrica**

O veículo sem emplacamento prévio assegura que:

- A garantia de fábrica seja **integral e completa**;
- Não haja **interrupção na cadeia de responsabilidade** do fabricante;
- O IFS figure como **primeiro e único proprietário** desde a origem.
- Não há risco de a garantia do veículo ser questionada pela concessionária ou fabricante.

### **3.2. Preservação das características originais**

O primeiro emplacamento garante que o veículo:

- **Não sofreu modificações ou adaptações** por terceiros;

- Mantém as **especificações técnicas originais** de fábrica;
- Não foi submetido a **uso prévio**, ainda que mínimo.

### **3.3. Segurança jurídica patrimonial**

A aquisição direta, sem intermediação de revendedores não autorizados:

- Evita **questionamentos futuros** quanto à origem e histórico do bem;
- Assegura **rastreabilidade completa** da cadeia de fornecimento;
- Protege o patrimônio público de eventuais **vícios ocultos**.

## **4. DA NÃO VIOLAÇÃO À COMPETITIVIDADE**

A exigência **não restringe indevidamente** a competitividade, pois:

### **4.1. Amplo universo de potenciais fornecedores**

Podem participar:

- **Fabricantes/montadoras** de veículos;
- **Concessionárias autorizadas** pelas montadoras;
- **Importadores oficiais** devidamente credenciados;
- **Distribuidores autorizados** com poderes para comercialização de veículos novos.

### **4.2. Definição clara do objeto**

A restrição decorre da **natureza do objeto** (veículo zero km), e não de critério arbitrário da Administração. Como ensina Marçal Justen Filho:

"A adequada definição do objeto não configura restrição indevida à competitividade, mas sim **delimitação necessária** do que se pretende contratar."

#### **4.3. Precedente do TCE-MG**

Conforme já citado:

"Compete ao gestor público observar as potencialidades do mercado e as necessidades do ente que ele representa, avaliando as circunstâncias do caso concreto e, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados, **optar pela maior ou menor amplitude da concorrência**. Em outras palavras, **é discricionariedade da Administração Pública** a escolha pela aquisição de veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária, devendo restar tal opção claramente estabelecida no edital."

#### **5. DA INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 6.729/79 (LEI FERRARI) COMO FUNDAMENTO DA EXIGÊNCIA**

É importante esclarecer que a exigência editalícia **não se fundamenta na Lei Ferrari**, mas sim:

a) Na **Deliberação CONTRAN nº 64/2008** (norma técnica); b) No **interesse público** específico do IFS; c) Na **necessidade de garantir** as características do objeto.

A Lei nº 6.729/79 apenas **regula as relações comerciais** entre fabricantes e concessionários, não sendo invocada como fundamento da restrição editalícia.

#### **6. DA AUSÊNCIA DE DIRECIONAMENTO OU RESERVA DE MERCADO**

A impugnante alega formação de "reserva de mercado", o que **não se verifica** no caso concreto:

##### **6.1. Critério objetivo e impessoal**

A exigência é **objetiva** (veículo zero km) e **impessoal** (não favorece empresa específica), aplicando-se a **todos indistintamente**.

## **6.2. Existência de mercado competitivo**

O mercado brasileiro conta com:

- Diversas montadoras nacionais e internacionais;
- Ampla rede de concessionárias autorizadas;
- Múltiplos distribuidores oficiais.

## **6.3. Impossibilidade de controle de preços**

A diversidade de fornecedores potenciais **inviabiliza** qualquer tentativa de cartelização, sendo a disputa de preços assegurada pelo **modo de disputa aberto** do pregão eletrônico.

## **III - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

### **Art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021:**

"O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento."

### **Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021:**

"bem de consumo - **bem móvel** (...) de pronta entrega **cujas características gerais possam ser definidas em edital por meio de especificações usuais praticadas no mercado.**"

### **Art. 11, II, da Lei nº 14.133/2021:**

"O instrumento convocatório deverá conter (...) a **justificativa da contratação** e descrição do objeto."

A especificação de veículo zero quilômetro é **usual no mercado** e está **devidamente justificada** no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compõe o processo administrativo.

#### **IV - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, verifica-se que:

1. A exigência de veículo zero quilômetro (sem emplacamento prévio) está **fundamentada em razões técnicas e de interesse público**;
2. A especificação **não viola** os princípios da competitividade, isonomia ou livre concorrência;
3. A jurisprudência citada pela impugnante foi **interpretada de forma equivocada**, não se aplicando ao caso concreto;
4. Os Tribunais de Contas, incluindo TCE-MG, TCE-MS e o próprio TCU, **reconhecem a legitimidade** da exigência quando devidamente justificada;
5. A definição clara do objeto é **prerrogativa da Administração**, decorrente do princípio da **autotutela** e da **vinculação ao interesse público**;
6. Não há **reserva de mercado**, mas sim delimitação necessária do objeto a ser contratado;
7. A Lei nº 6.729/79 **não é fundamento** da exigência editalícia, que se baseia na norma técnica do CONTRAN e no interesse público específico;
8. O Edital assegura **tratamento isonômico** a todos os potenciais fornecedores que atendam às especificações técnicas.

#### **V - DECISÃO**

Ante o exposto, com fulcro no art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, **INDEFIRO** a impugnação apresentada, mantendo inalteradas as disposições do Edital nº 72/2025.



**MANTENHO** a exigência de fornecimento de veículos zero quilômetro, com primeiro emplacamento em nome do Instituto Federal de Sergipe, por estarem devidamente justificadas no interesse público e em conformidade com a legislação aplicável.

Não haverá republicação do edital, prosseguindo-se normalmente com o certame na data e horário estabelecidos.

Dê-se ciência à impugnante.

Aracaju/SE, 24 de novembro de 2025.

<b>FABIANO FERRAZ ARAUJO E ARAUJO</b> Agente de Contratação	
--	--